

Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história.

Maria do Socorro Silva¹

INTRODUÇÃO

Esse texto objetiva dar uma referência inicial para a leitura da linha do tempo da educação do campo. A relação entre educação do campo e desenvolvimento sustentável numa realidade complexa, como a brasileira, teoricamente não é um conceito fácil de construir, primeiro por se tratar de pensar a educação num contexto profundamente marcado por desigualdades e exclusão; segundo porque esses dois conceitos apresentam diversidade de definição de acordo com os diferentes discursos ideológicos que os expressam.

Se consultarmos a história os primeiros quatro séculos, a constituição da formação social brasileira, em que é preciso considerar a colonização, o regime de escravidão, o latifúndio e a predominância da produção extrativista e agrícola voltada para a exportação. Esta formação social não irá demandar a qualificação da força de trabalho, ocasionando até certo desprezo, por parte das elites, em relação ao aprendizado escolar das camadas populares (Romanelli, 1982).

O modelo de desenvolvimento implementado no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisavam aprender a ler e escrever, visto que nessa concepção para desenvolver o trabalho agrícola não precisava de letramento.

A visão de educação rural surge condicionada pelas matrizes culturais escravistas, latifundiárias e controlada pelo poder político e econômico das oligarquias. Mesmo encontrando-se iniciativas de educação rural ainda no século XIX, é a partir dos anos 30 do século XX que começa a delinear-se um modelo de educação rural amarrado a projetos de "modernização do campo", patrocinado por organismos de "cooperação" norte-americana e difundido através do sistema de assistência técnica e extensão rural (Calazans, 1993). As políticas públicas para a escolarização das populações rurais mostram seu fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, quando analisamos o analfabetismo no Brasil que, ainda em 1991, continuava a ser *mais elevado na área rural* do que na área urbana (Ferrari, 1991: 66).

¹ Professora da Faculdade de Educação da UnB e consultora técnica da SDT.

O modelo brasileiro de educação rural apresenta uma série de elementos os quais aparecem na legislação, nas instituições pedagógicas, no currículo e mesmo nas "recomendações" dos organismos internacionais, que possibilitam traçar um esboço da educação rural brasileira a partir dos anos 30. Pinçarei alguns desses elementos com os quais é possível desocultar, embutido nas propostas para a educação rural, o movimento do capital de desestruturação da produção camponesa, tanto para a formação de um mercado de força de trabalho quanto para a constituição de condições para a modernização da produção agrícola. O emprego de máquinas, de tecnologias e insumos, próprios desta modalidade de produção, demandará o aumento das lavouras e, conseqüentemente, das propriedades rurais, fortalecendo o latifúndio que nasce com a colonização.

Esse referencial implantou-se, de forma definitiva um modelo de escola na área rural e urbana do nosso país, fundamentado numa concepção que, segundo Whitaker e Antuniassi (1992), tem três características fundamentais:

- É **urbanocêntrica**, unicamente voltada aos conteúdos formados e informados no processo de urbanização e industrialização; o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna. O mundo rural precisa ser abandonado por quem quer vencer na vida, uma vez que nele não há chance de se progredir;
- É **sociocêntrica**, voltada aos interesses de certas classes sociais, não considerando a diversidade dos sujeitos sociais existentes no campo e na cidade, a sua cultura, as suas diversas formas de organizar o trabalho e a vida;
- É **etnocêntrica**, privilegiadora dos conhecimentos relativos ao mundo ocidental industrializado, de uma forma de pensar e de um estilo de vida baseado na homogeneidade, onde os valores e a cultura camponesa são considerados como atrasado, conservadores, criando, assim, estereótipos com relação a população do campo e ao seu modo de viver e de pensar.

Com essas características a escola foi institucionalizada no campo não considerando os seguintes aspectos: a população a quem se destinava, o contexto onde estava situada, as relações sociais, produtivas e culturais e a necessidade de formação sócio-profissional desse povo.

Dessa forma, três questões se levantam: Qual o papel da educação na construção de um projeto de desenvolvimento nacional que faça surgir a plena cidadania? Qual o papel que as escolas do campo devem assumir a fim de incentivar a construção de iniciativas que reduzam os problemas agravantes existentes na sociedade brasileira? E, por fim, quais as políticas públicas, concepções e princípios pedagógicos são necessários para se construir a identidade de uma escola do campo? São

questionamentos em movimento que necessitam ser esclarecidos por todos e todas que se comprometam com a causa.

II. QUAL DESENVOLVIMENTO?

No que se refere ao termo desenvolvimento, este só foi introduzido na literatura brasileira e internacional a partir dos anos 1940. Esse conceito foi originado na linguagem biológica, para explicar o processo de transformações por que passa todo ser vivo nas diferentes fases da vida.

O seu uso nas ciências da sociedade traz inicialmente a suposição de que as sociedades são como os organismos, que passam por fases naturais, sendo diferenciadas internamente de acordo com as funções que cada um desenvolve- anulando assim a contradição e a força das relações sociais como trançadoras dos caminhos que são percorridos.² Entretanto, ao longo de nossa história foi se apresentando com diferentes conceituações. É o que tentaremos mostrar ao longo da linha do tempo buscando relacionar isso com a proposta de organização escolar que foi sendo construída em nosso País.

Com o aparecimento da indústria e a sua consolidação enquanto processo em alguns países da Europa, começa a ocorrer uma mudança radical no modo pelo quais os vários países buscam sustentação econômica. O processo de industrialização modifica profundamente a estrutura econômico-social dos países envolvidos nessa “nova” atividade. As conseqüências para essas localidades são tão evidentes que em muito pouco tempo a industrialização configura-se como sinônimo de *desenvolvimento*.

Mas de onde vem a idéia de desenvolvimento? No início da década de 60 o mundo vivia a Guerra Fria entre Estados Unidos e a antiga União Soviética. Preocupados com a expansão comunista no mundo, os Estados Unidos propuseram a *modernização* das sociedades consideradas atrasadas – segundo eles as mais inclinadas a adotar o modelo soviético.

O progresso técnico difundiu-se, rapidamente, modificando os estilos de vida e de consumo e o projeto de melhoria da qualidade de vida da população centrado apenas na modernização da economia começou a se estruturar e se fortalecer. Ganhava força o modelo de desenvolvimento alicerçado na idéia da industrialização dos países. Mas essa forma de pensar não demorou muito a

² A noção de modelo de desenvolvimento aqui incorporada procura descrever o modo pelo quais as sociedades produzem (o que produzir/ para que/ para quem) e se reproduzem (regras individuais e coletivas). É um conjunto formado pela tríade bloco social hegemônico - é o sistema estável de relações de dominação, de alianças e concessões entre grupos sociais dominantes e subordinados em um território; regime de acumulação - e o modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção, da distribuição de renda; - paradigma tecnológico e o modo de regulação é o conjunto das regras incorporadas ou explícitas integrantes de instituições, mecanismo de compensação e dispositivos de informação.

se mostrar profundamente desigual, determinando ritmos de progresso diferenciados, conforme o país e a região em que estivesse localizado.

O que temos, então, a partir da década de 1950, é a gestação de um discurso urbanizador que enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural, ou seja, “*o campo é uma divisão sociocultural a ser superada, e não mantida*” (Moreira apud Abraão, 1989).

Essa fusão do campo e da cidade garantiria o desenvolvimento comunitário e se daria a partir da difusão das técnicas, valores e hábitos de origem urbana, que resultaria na perda dessa distinção entre campo e cidade, sendo diluída num *continuum* onde a lógica urbana seria a hegemônica (Carneiro, 1999).

A escola passa a ser vista como fator de mudança social, e como fator de desenvolvimento, no entanto, sua expansão é mantida em atraso em relação ao desenvolvimento, e só ocorre mediante a pressão da demanda social e efetiva na cidade e no campo, mantendo-se assim em atraso ao modelo de desenvolvimento em curso, onde o Estado assumia uma posição passiva buscando soluções de emergência diante das crises provocadas pela pressão social - principalmente dos educadores pela escola pública, gratuita e leiga.

Naquela época era difundido o conceito de que a fome no mundo era o resultado da baixa produtividade de alimentos do setor agrícola, era necessário para que a produtividade fosse alta, que os processos de irrigação, controle de pragas, manejo do solo, entre outros sofresse alterações profundas. Assim o uso de máquinas pesadas, defensivos agrícolas e outros produtos agroquímicos passaram a ser sinal de modernização agrícola e conseqüentemente de desenvolvimento.

Nesse sentido a agricultura buscará *modernizar-se*, intensificando sua produção e produtividade estreitando sua relação com a indústria, seja comprando e vendendo produtos, seja ela mesma sofrendo um processo de industrialização, através da introdução de máquinas pesadas, produtos agroquímicos e um novo comportamento do agricultor – mais individualista e competitivo no mercado.

Uma nova redefinição do pensamento educacional será trazida pelo golpe de 1964 que com o fechamento dos canais de participação e representação impõe limites e controle aos segmentos populares aos bens educacionais e sociais. Educadores comprometidos e lideranças são perseguidos e exilados, as universidades sofrem intervenções e os movimentos populares e sindicais são desarticulados, contudo o analfabetismo continuava a desafiar as elites dominantes que achavam

que o Brasil tinha que se tornar uma potência no cenário internacional, para tanto organizaram durante esse período várias campanhas de alfabetização com o intuito de colocar o País no rumo do "desenvolvimento".

Sociedade moderna e sociedade desenvolvida passam a ser sinônimos e a dita sociedade moderna é reconhecida pela sua produção industrial. Desse modo, quase todos os países do mundo buscam a industrialização como a única alternativa para alcançar o desenvolvimento. A receita para a agricultura foi à mesma: seguir o modelo externo e se integrar ao desenvolvimento econômico geral, passando a desempenhar um papel secundário no cenário do País em relação ao desenvolvimento das indústrias e da cidade.

A agricultura passa cada vez mais a ser inserida nesse processo de modernização conservadora conhecido como desenvolvimento rural ou Revolução Verde. A agricultura para servir a esse modelo passa a ser agrupada da seguinte forma:

1. A agricultura como fornecedora de matéria-prima para a indústria. São vários os exemplos desse processo: os grãos, os animais e seus produtos (suínos, frangos, bovinos, leite, ovos, carnes), os frutos, as fibras, as árvores, etc...
2. Agricultura fornecedora de mão de obra barata. Foi o caso do trabalho assalariado, para as grandes fazendas e para os diversos ramos industriais;
3. A agricultura consumidora dos produtos industriais. Aparecem aqui os insumos (adubos, corretivos, sementes, agrotóxicos, máquinas e equipamentos) produzidos pelas indústrias voltadas para atender às necessidades da 'modernização' agrícola.

A partir da década de 70 análises dos resultados obtidos publiciza e torna visível a falácia desse modelo de desenvolvimento, obrigando a se levar em consideração outras dimensões da vida e a inserir, no processo, os atores sociais protagonizando essa história. As disparidades regionais, a pobreza crescente, a negação de liberdades individuais vão ficando cada vez mais contundentes e claras.

É possível afirmar que organismos nacionais - normalmente não governamentais - organismos internacionais, segmentos representativos de interesses da sociedade civil se arvoram em um processo de denúncias e buscas de alternativas á forma de condução do desenvolvimento centrado no crescimento econômico. A economia, a ecologia, e o próprio processo de desenvolvimento se tornam problemas de responsabilidade de todas as nações.

Esse modelo gerou um descompasso em relação aos ritmos da natureza, notadamente os de regeneração das espécies devido à intensificação dos ritmos da produção industrial. Em outras

palavras, o ritmo de desenvolvimento, agora entendido como exploração voraz dos recursos existentes na natureza, é extremamente veloz para atender a todas as demandas estabelecidas pelo processo industrial. Ao contrário, o tempo necessário para recomposição do meio destruído por tal processo é extremamente lento, quando não impossível. É esse “descompasso de tempos” que inaugura o que se denomina de *crise ambiental*.

Percebe-se que a crise ambiental apresenta uma dimensão muito maior do que a simples constatação de problemas de poluição, pontualmente localizados. Dimensiona-se a escala global dessa crise, não só por causa da escassez de um recurso que compromete a base produtiva de quase todas as nações do planeta, mas principalmente por que os problemas ambientais também começam a transcender a escala pontual do local - chuva ácida, aquecimento atmosférico, assoreamento de cursos d'água, buraco na camada de ozônio, descongelamento de calotas polares, entre outros problemas ambientais.

As diversas conferências, os encontros internacionais e as experiências alternativas espalhadas em diversas regiões do mundo começam a esboçar um novo modelo visto, desta feita, como desenvolvimento humano e social, tendo como preocupação, também, a sustentabilidade do processo. Ele se difunde como uma proposta diferenciada preocupada, então, com o capital humano, social, ambiental, institucional e também financeiro dos locais ou territórios – fatores reforçados nas atuais Declarações da Carta de Compenhague (2000) - e torna-se, ao mesmo tempo, “uma alternativa viável de organização da sociedade” possível através de estratégias de desenvolvimento territorial.

Essa transição para um novo paradigma não só demanda novas concepções e formas de compreender um processo de desenvolvimento diferente - menos preocupado com o capital financeiro - mas também demanda novas formas de conceber e organizar a economia, de inserir e integrar a sociedade em torno desse processo.

A revolução tecnológica e organizacional deve provocar, neste novo modelo de desenvolvimento, fortes mudanças na compreensão dos padrões de competitividade entre nações e regiões, na relação entre economia e natureza e na relação entre sujeitos e processo de desenvolvimento, requerendo desses uma ação pro - ativa de identidade, compromisso, protagonismo, sobretudo, apropriação eqüitativa de seus resultados e poderes.

No terreno organizacional este novo modelo redefine as relações de trabalho com a flexibilização, a terceirização, o trabalho autônomo e a construção de novas institucionalidades e

formas de organização da sociedade que agora requer sua inserção no processo de gestão social de políticas públicas para o desenvolvimento e a inclusão social, favorecendo a possibilidade de reconhecimento de micro poderes e estabelecendo instancias de gestão compartilhada. É o investimento nas capacidades individuais que dependem entre outras coisas, de disposições econômicas, políticas e culturais.

Adotar a abordagem territorial como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se justifica por, ao menos, quatro aspectos. Primeiro, porque o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais. Segundo, porque a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando a promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa. Terceiro, porque na última década e meia tem se acentuado o movimento de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços locais. Por fim, em quarto lugar, o território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento³.

Mas a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

Trata-se, portanto, de uma visão integradora de espaços, atores sociais institucionais, mercados e políticas públicas de intervenção através da qual se pretende alcançar: a geração de riquezas com equidade; o respeito à diversidade; a solidariedade; a justiça social e a inclusão social. (SDT/MDA – Planejamento 2005).

³ Sobre a dimensão territorial e o debate sobre desenvolvimento ver entre outros Favareto et al (2005). *Indicadores analíticos de desenvolvimento territorial – notas conceituais, metodologia e resultados iniciais*. Plural/MTE/ESSP. São Paulo/Brasília, Abramovay, Ricardo (2003). O capital social dos territórios – repensando o desenvolvimento rural. In: Abramovay (2003). O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: ed. UFRGS.

Os conceitos de empoderamento e de protagonismo social tornam-se essenciais para o fortalecimento das comunidades e sustentabilidade dessa nova proposta de desenvolvimento que considera, sobretudo, o potencial endógeno, isto é, humano, econômico, cultural, político e institucional.

Sua proposta está centrada na valorização do capital humano, do capital social e da participação, exigindo a observância de valores como a autonomia, a democracia, a dignidade do ser humano, a solidariedade, a equidade e o respeito ao meio ambiente.

III. QUAL EDUCAÇÃO DO CAMPO?

O termo “educação do campo” que estamos tratando nesse texto tem um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que temos desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º:

“A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Ou seja, a LDB afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a escola e os espaços extra-escolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

Com base nesses fundamentos, Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo, “incorporando os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas”⁴ e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida.

Nas duas últimas décadas, essa denominação vem se expandindo para demarcar o campo, o papel dos sujeitos e a importância da educação na sua formação e no desenvolvimento do campo. Ela traz um conjunto de conhecimentos e práticas que instiga as políticas a compreenderem o

⁴ Art. 2º § único das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo

campo como um espaço emancipatório, como um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade porque se transformou no lugar, não apenas das lutas pelo direito à terra, mas também pelo direito à educação, à saúde entre outros. Essas lutas acabaram por colocar na pauta novas políticas culturais, econômicas e ambientais para o campo (...) (GT de Educação do Campo do CONDRAF – Doc. Final – 2005).

Não se trata, portanto, de uma identidade circunscrita a um espaço geográfico, mas sim, vinculada aos sujeitos sociais a quem se destina, os povos do campo, seja os que vivem nas comunidades e assentamentos rurais, seja os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios rurais do nosso país.

As especificidades da vida camponesa não têm na educação urbana o diálogo necessário para o atendimento das diferenças identitárias desses povos. Constitui-se, portanto, num campo específico que precisa ser reconhecido e trabalhado de modo próprio.

A educação do campo pode ocorrer por meio de diferentes iniciativas, ou seja, pela:

- Educação Formal - são aquelas iniciativas dirigidas à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (infantil, fundamental, médio, profissional e superior), organizadas pelo sistema de ensino público, privado ou comunitário;
- Educação Não-Formal - são aquelas iniciativas dirigidas para organização comunitária, produtiva, sindical, política, cultural, religiosa, geralmente organizadas pelos movimentos sociais, sindicatos, ONG's, pastorais e outras entidades da sociedade civil.

Assim, a educação do campo é maior que a escola, pois está presente no movimento e na organização do povo. Embora a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana.

No entanto, o resgate da importância da escolarização como processo formativo do ser humano tem se constituído um movimento de luta pela educação pública, gratuita e de qualidade, como nunca ocorreu na história desse País, inclusive o campo brasileiro tem despontado como um celeiro de experiências educativas inovadoras envolvendo os Movimentos Sociais, ONG's, Pastorais, Poder Público Municipal e Estadual e Escolas de Formação Sindical que estão redesenhando o papel que a escola pode desempenhar no processo de inclusão das pessoas, como uma ferramenta estratégica na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.

A educação passa a ser vista, cada vez mais, como um direito fundamental e uma responsabilidade social que os governantes de todos os países devem assumir junto a sua população,

pois a escola básica, pública e gratuita continua sendo o espaço privilegiado para a aquisição de competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania. Assim, o direito de cidadania não pode estar desvinculado das questões educativas, como acesso aos bens culturais adequados à construção da dignidade humana.

Daí porque um dos grandes desafios da política pública de educação do campo é contemplar ao mesmo tempo a universalidade dada pelo direito e a diversidade posta pela complexa realidade do país, assegurando, dessa forma, que o reconhecimento desse espaço de vida social ocorra mediante o acolhimento das diferenças e o pertencimento se faça, do ponto de vista educacional, pela igualdade.

Se assim é, poder-se-ia dizer, que a especificidade exige a capacidade de reconhecer o diferente e o outro na condição de sujeito, jamais como estranho e, dessa forma, estabelecer um modo de pertencimento das pessoas a uma comunidade e à sociedade que impeça a transformação das diferenças em desigualdades. Faz parte da humanização dessa trajetória encontrar os meios para realizar a mais ampla condição de igualdade e bem estar dos seres humanos, entendendo-se que todos são protagonistas de uma história a partir da sua inserção na luta coletiva por uma existência digna.

Posto isso, vamos dar uma caminhada pela linha do tempo da educação do campo, ela é composta por faixas:

- Elementos do contexto – situar os principais fatos históricos do período, no sentido, de nos ajudar a entender sua repercussão na organização escolar;
- Trajetória da escola pública – colocar as principais iniciativas e políticas realizadas no período no sentido de construir a escola pública, e conseqüentemente, evidenciar o silenciamento e a homogeneização da organização escolar para os diferentes povos da cidade e do campo;
- Educação de jovens e adultos – colocar as principais iniciativas para a educação de jovens e adultos, e os conceitos que são gerados, educação formal, educação permanente, educação popular, etc...
- Programas projetos – evidenciar o início de programas e projetos na nossa história como resposta governamental para responder as lutas e demandas da população brasileira por escolarização;
- Formação do professorado – identificar as principais políticas que foram formatadas ao longo da história para a formação do professorado, e a ausência de políticas específicas para a formação do professorado do campo, e conseqüentemente, sua desvalorização profissional.

IV - LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

- **Brasil Primitivo (..... – 1549)**
- **Educação solidária, coletiva e para transmitir os saberes de geração para geração;**
- **Valor básico – coesão social tribal;**

EDUCACAO COLONIAL 1549-1822	
Elementos da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo agrário exportador dependente- Mercantilismo - colônias proporcionar à metrópole a máxima acumulação de capitais • Economia colonial fundada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava estrutura de poder fundada na autoridade sem limites dos donos de terras • Elite dominante local - administradores, donos de terras e religiosos • Camadas populares - índios, negros e portugueses pobres • Família patriarcal favoreceu a importação de formas de pensamentos e idéias dominantes na cultura medieval européia, através das obras dos jesuítas. • Apartir de 1808 – vinda da família real para o Brasil. Dicotomia entre o campo e a cidade no Brasil - modelo cultural da corte portuguesa – • Matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. • Guerra dos guaranis, Guerra dos Bárbaros, Confederação dos Tamoios, quilombos.
Trajectoria da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Ação pedagógica jesuítica - idéias de educação centrada na Europa - para os donos de terra e senhores de engenhos - educação livresca, acadêmica e aristocrática. • Educação como instrumento da catequese e sedimentação do domínio português. Classes de ler e escrever para os filhos dos caciques; • Expulsão dos jesuítas pelo marques de Pombal – 1759 - desestruturação administrativa do ensino durante 13 anos. Ensino através de disciplinas isoladas-’aulas regias. • Com a Reforma Pombalina professorado leigo começa a ser introduzido no ensino • Vinda da família real; organização de uma rede escolar para atender as demandas educacionais da aristocracia portuguesa e preparar quadros para novas ocupações técnico-burocraticas. • Estado assumiu pela primeira vez os encargos da educação. Criação do subsidio literário – imposto sobre gêneros alimentícios destinados à manutenção das escolas e pagamentos dos professores; • Criação de cursos superiores; medicina, agricultura, economia política, química, botânica e academias militares. • 1823 – criação das primeiras escolas para as meninas em 1832 existia apenas 18 colégios de meninas
Educação de Jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Na fase inicial não existia uma iniciativa direta com os adultos. A não ser a catequese; • Após a vinda da família real;
Projetos e	<ul style="list-style-type: none"> • Não existem programas e projetos especiais nesse período

Programas Especiais	
Formação de Professores	<ul style="list-style-type: none"> Os professores são os jesuítas formados na Europa ou professores formados pelos jesuítas.

EDUCACAO IMPERIAL – 1823 – 1891	
Elementos da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> Modelo agrário exportador comercial dependente; ELITE - latifundiário agro-exportadores e grandes comerciantes e a nobreza metropolitana - CAMADAS POPULARES - índios, negros, afro descendentes e brancos pobres Sociedade organizada pela monocultura da cana de açúcar, latifúndio e trabalho escravo. Internacional: Revolução Industrial com introdução do trabalho assalariado - Inglaterra; Revolução Americana - idéias liberais; Revolução Francesa - idéias iluministas. Ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de constituição da cidadania, falta de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses/as. Deslocamento do eixo econômico do nordeste para o centro sul – com a seca teve um deslocamento da população escrava para o sul. Movimentos Nacionalistas e de Libertação: Balaiada, Emboabas, cabangem, Inconfidência, Revolta Pernambucana, Conjuração Baiana, etc... Lei da Terra – 1850 – terra como mercadoria Abolição da escravatura – 1888
Trajectoria da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> Constituição Imperial 1824 - instrução primária gratuita para os cidadãos e os escravos libertos Primeira Lei da Educação: Lei Januário Barbosa – 15 de outubro de 1827 – definindo construção de escolas publicas nas vilas e povoados. Exclusão do campo na construção de escolas. Início da desconcentração da educação Ensino médio a cargo da corte: Ensino Técnico Agrícola - Bahia; 1ª Escola de Agronomia do País; Congregações religiosas instalam escolas de ensino médio nas principais províncias Ensino superior sobre responsabilidade da administração central assumido por profissionais liberais padres e advogados - Escola Superior de Engenharia e Medicina Ensino elementar e normal a cargo das províncias assumido por profissionais não habilitado Criação das escolas estrangeiras ou internacionalistas; Ensino mutuo idealizado por André Bell – funcionamento da escola sem obrigação de exames, onde as crianças aprendiam e ensinam

	entre si com supervisão ativa de um monitor
Educação de jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma Leôncio de Carvalho – 1879 – criação de salas para adultos analfabetos do sexo masculino livres ou libertos. • Educação popular entendida como instrução elementar;
Projetos e Programas Especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Não se tem programas nem projetos nesse período
Formação de Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Os professores em sua maioria são leigos. Formação do professorado leigo com o método Lancaster de Ensino⁵ • Professores religiosos - formados na Europa • Criação das Escolas Normais – primeira escola em Niterói – 1835. Bahia 1836; Para 1835; Ceara 1845; São Paulo 1846; Paraíba 1854.
REPÚBLICA VELHA - 1889 – 1920	
Elementos da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Monocultura cafeeira e fim da escravidão; elite Dominante: militares e fazendeiros do café - concentração de terra, miséria. Consolidação do poder oligárquico; • Primeira guerra (1914) – afirmação do sentimento nacionalista. Principalmente com relação a Alemanha • Revolução Russa (1917) – divisão do mundo no bloco socialista e capitalista; • Começa o alinhamento político e dependência em relação aos Estados Unidos; • Embate político entre o agrário exportador e o urbano industrial • Começa o debate sobre a importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade no campo. • Capital agrário financia industrialização • Federalismo e formação dos Estados e Municípios: início da desconcentração da educação. • Coronelismo – voto aberto – controle dos votos – laços paternalistas com as oligarquias administração demanda pelos donos da terra • Nacionalismo – recomposição do poder político • Movimentos rurais: Canudos, Contestado e Cangaço. • Movimentos urbanos: Revolta da Vacina e da Chibata -
Trajatória da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • A União não procurou desenvolver uma política destinada à escolarização rural • Constituição Republicana de 1891 - retira do texto a referência a gratuidade, condiciona o voto à alfabetização, educação primária passa a ser competência dos Estados à União caberia criar e controlar a instrução superior em toda a Nação; • Escolas regionalizadas para adequar a escola as condições do meio de acordo com os princípios da escola renovada.

⁵ Método de ensino originário da Inglaterra que usava a monitoria ou ensino mútuo para suprir a escassez dos professores atribuindo aos alunos mais adiantados a tarefa de transmitir aos colegas a instrução recebida de um professor.

	<ul style="list-style-type: none"> • Dualidade do sistema: educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional); • 1º congresso da Agricultura patronal do Nordeste – 1923 – criação de instituições pelo patronato para menores pobres das regiões rurais, que revelassem pendor para a agricultura-“garantia do desenvolvimento agrícola e transformação de crianças indigentes em cidadãos prestimosos”. • Escolas "internacionalistas"- anarquistas, anarco-sindicalistas e comunidades de imigrantes. Começa a preocupação do Estado em fechar essas escolas em nome do nacionalismo.
Educação de Jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Cursos noturnos de instrução primária assumido por entidades civis, associações, clubes, etc. • Regulamentação da alfabetização de recrutas do exército • Educação popular como instrução pública • Começa o preconceito com relação aos analfabetos
Projetos e programas especiais	<ul style="list-style-type: none"> □ Não existem programas e projetos especiais nesse período.
Formação de professores	<ul style="list-style-type: none"> • Irregularidade e instabilidade no funcionamento das escolas normais, que a cargo das províncias apresentam uma diversidade em sua estruturação, realizando alterações constantes nos seus currículos, sem apresentar preocupação com a necessidade de formação da população que era predominantemente rural naquele período. • Na área rural predomina o método Lancaster para iniciação do professorado.

INICIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO - ANOS 20

Elementos da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Primórdios da industrialização - urbanização- inchaço das cidades e aumento da imigração; aumento acentuado do êxodo rural. • Desinteresse da oligarquia rural em difundir o ensino: grandes proprietários da cana, cacau, algodão, seringais, pecuaristas • Início da política dos governadores • Ideologia do colonialismo - patriarcalismo e paternalismo opressora das oligarquias e oposição aos movimentos progressistas urbanos por parte dos agroexportadores; • Forte movimento migratório interno -despertar para educação rural • Educação como instrumento eficiente para enfrentar a "questão social" e a da miséria • Lutas operárias na cidade - manifestações grevistas pelos direitos de cidadãos • Preocupação sanitária como solução para os problemas sociais • Inovação nas artes e culturas com o movimento modernista; crítica ao tradicionalismo da sociedade. • Fundação do partido comunista brasileiro – 1922
--------------------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Tenentismo – 1922 • Coluna Prestes – 1925 • Crise do café – 1929 • Movimento modernista • Nacionalismo- reação contra os estrangeiros • Funda-se o Partido Comunista - 1922 •
Trajetória da escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiros profissionais da educação – criação da Associação Brasileira de Educação – ABE -1924 – primeira sociedade de profissionais da educação com caráter nacional – tecnificação pedagógica • Discurso do ruralismo pedagógico – otimismo pedagógico; educação como redentora • Movimentos de reformas educacionais - luta contra o analfabetismo • Governo financia a construção das primeiras escolas primárias: casa da professora ou escola típica rural • Subsídio parcial para o salário dos professores primários atuantes em escolas rurais • Constituição de um sistema público de instrução pressionado pelo ruralismo pedagógico • Construção dos liceus industriais • 1923- Nascimento da radiodifusão com objetivos educacionais – Radio Sociedade do Rio de Janeiro. • Montagem dos sistemas estaduais de ensino •
Educação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas noturnas para os adultos com duração de um ano. • Educação popular como escolarização de adultos.
Projetos e programas especiais	<ul style="list-style-type: none"> □ Não existiam programas e projetos especiais
Formação do professorado	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionamento das Escolas Normais que se espalham pelas capitais do país voltada para a classe média. • Continua em prática o método Lancaster-Bell para o professorado atuar nas escolas rurais, que continua sendo mantida por particulares ou iniciativas das comunidades e associações
A REPÚBLICA POPULISTA – 1930 – 1945	
Elementos Da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Enfraquecimento do grupo agrário na crise de 1929 • Aceleração da industrialização de base (bens de produção - urbanização acentuada).

	<ul style="list-style-type: none"> • A subida de Vargas ao poder – setores do empresariado industrial e o tenenstismo • Comunistas – aliança nacional libertadora – ANL – suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária e nacionalização de empresas. • Implantação da ditadura do Estado Novo- 1937 – regime e autoridade, antiliberal e antidemocrático – fortalecimento do grupo conservador Constituição de 1937 - golpe do estado novo – esmagamento dos movimentos políticos. • Reintegração das oligarquias tradicionais no centro do poder • Instituição do conceito de cidade e rural por Getulio Vargas- critério arbitrário que interfere nas pesquisas e políticas publicas. • Fascistas – aliança integralista brasileira – AIB • Primeiro recenseamento geral – 1940 • Criação da UNESCO – 1945 – estimula a realização de programas nacionais de educação de base. • Manifesto dos pioneiros da educação – documento inovador da educação • Criação do FMI – 1944 – começa a relação do Brasil, principalmente após a segunda guerra • Assume Dutra em 1945 – adesões à guerra fria - fechamento do PCB • Segunda guerra
Trajectoria Da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Const. de 1934 - reconheceu em caráter nacional a educação como dever do estado; ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória; extensiva aos adultos; financiamento da educação do campo – art 156 • Ensino agrícola – dever das empresas e financiamento para as instituições privadas • Sociedade brasileira de educação rural - expansão do ensino e preservação da arte e folclor rurais • Reforma Francisco Campos - educação secundária e superior - regime de séries • Avaliação por meios de exames, provas e passagens para a série seguinte. • Criação da radio-educação • Criação do Ministério da Educação e Saúde -1930- • Manifesto dos pioneiros da educação nova - 1932- confronto entre os reformadores e os grupos liderados pelos católicos • Constituição de 1937 – retirada da gratuidade do ensino – educação profissional para as indústrias nascentes. Educação como veículo de difusão ideológica – conteúdo cívico e moral • Criação do INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS) – 1937 – com o FUNDO DO ENSINO PRIMARIO - construção de escolas típicas rurais e inclusão da educação de adultos e a educação infantil -Concessão de 25% do fundo para educação primária de adolescentes e adultos analfabetos - inicio da alfabetização de jovens e adultos – censo 55% + 18 anos eram analfabetos • Ruralismo pedagógico – missões rurais; cursos de magistério rural – Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – Clubes Agrícolas

	-
Educação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Início das primeiras campanhas de alfabetização de jovens e adultos; distribuição de cartilhas e folhetos sobre noções de higiene, saúde, produção e conservação de alimentos. • Trabalhavam dois conceitos- educação popular e educação de adultos • Educação popular nesse momento era entendida como extensão da escola para os filhos dos trabalhadores • Educação de adultos – alfabetização dos próprios trabalhadores com mais de quinze anos- era cerca de 80% da população brasileira • I Congresso Nacional de Educação de Adultos que organiza a CEAA
Projetos e programas especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA – coordenado por Lourenço Filho até 1958 – idéia de que a escola poderia servir para formar os adultos para o exercício profissional • Escolas ambulantes para alfabetização de adultos • Campanha nacional contra o analfabetismo
	□
Formação De Professores	<ul style="list-style-type: none"> • Criação dos cursos normais rurais – 1935⁶ • Qualificação do professorado rural por meio do Fundo Nacional do Ensino - Primário em 1942 • Formação das missões rurais⁷ semanas pedagógicas para formação de professores leigos • Primeiro Curso de pedagogia - faculdade de filosofia - (ufrj)- esquema 3+1 = bacharelado + estudos didáticos • Surgimento da extensão rural - modelo clássico - campanhas de vacinação, cursos de enfermagem e de higiene e cursos de formação social
EDUCAÇÃO RURAL E A REDEMOCRATIZAÇÃO(1946-1958)	
Elementos da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo nacional desenvolvimentista com ênfase na industrialização • Resistência da política dos governadores e desinteresse das oligarquias em defender o ensino no campo • Volta de Vargas ao poder em 1950

⁶ Criadas através da Reforma Carneiro Leão(1928), que reestrutura a Escola Normal e a organiza em dois modelos: o curso normal destinado a capital com duração de 5 anos e o curso normal rural destinado a formar professores para o trabalho no interior do Estado com duração de 3 anos. A primeira Escola Normal Rural foi criada em Pernambuco em 1933, sendo reconhecida a nível nacional somente na constituição d 1946.

⁷ Programa de formação para as comunidades rurais, baseada no modelo mexicano, que penetravam pelo interior para incentiva a elevação dos padrões de vida e a solução dos problemas coletivos através da organização comunitária, buscando com isso garantir a integração nacional do ponto de vista econômico, cultural e político das populações rurais. Atuavam por prazo limitado nas localidades, em articulação com autoridades locais, igrejas, associações e escolas formando lideranças e professores/as para atuar na melhoria da qualidade de vida das comunidades.

	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do sistema nacional de educação federativo • Afluxo de capitais estrangeiros – JK execução do projeto desenvolvimentista nacional – implantação do pólo automobilístico da região do ABC • Lutas de Trombas e Formoso – 1948 –1962 • Criação da Associação dos Lavradores Fluminense – 1958 • Surgimento dos três grandes movimentos camponeses: ULTAB(UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO BRASIL- 1954 –RIO E SÃO PAULO); LIGAS CAMPONESAS(1955-PERNAMBUCO E PARAÍBA) E MASTER(MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA-1950 RIO GRANDE DO SUL) • Acentuação da separação entre campo e cidade- subordinação da agricultura a industrialização • Segunda Guerra Mundial
Trajatória da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de 1946 - educação direito de todos, gratuita e laica. Mantém sob responsabilidade das empresas o ensino na área rural • Ideário da escola nova⁸, do otimismo pedagógico⁹ • 1ª conferência nacional de educação – afirmação do discurso do urbanismo pedagógico. • Criação da associação brasileira de educação - ABE- 1942 - vinculação das idéias dos profissionais da educação¹⁰ • Fundo nacional do ensino primário- FNEP -1942 - financiamento do ensino primário - descentralização do ensino primário • Lei orgânica do ensino primário - adolescentes e adultos - curso primário e supletivo-crescimento da rede elementar de ensino • Lei orgânica do ensino agrícola – visão sexista (separação entre escolas de meninos e meninas) • O principal tema era o subdesenvolvimento que segundo essa concepção tinha origem principalmente na falta de conhecimentos dos indivíduos, por isso as campanhas eram pensadas como formas de combater a miséria e pobreza, inspiradas numa concepção otimista da educação.
Educação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Predomina as campanhas de alfabetização que eram financiadas pelo Fundo Nacional de Ensino Primário. • I CONFERENCIA INTERNACIONAL – CONFITEA – 1949 na Dinamarca para discutir educação de adultos. • II Congresso Nacional de Educação de Adultos – 1958 para avaliar as campanhas de alfabetização. Antecedido por seminários

⁸ Movimento de renovação da educação surgida a partir dos avanços na Psicologia com ênfase nos métodos, técnicas, administração do ensino e nos aspectos psicológicos e afetivos da aprendizagem

⁹ Crença de que a escolarização representa o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro e para sua saída da ignorância e miséria social, preparando-os eficazmente para as tarefas sociais.

¹⁰ Grupo de educadores e teóricos brasileiros que influenciados pelo ideário da Escola Nova propõem uma democratização da escola, dentre eles destacamos: Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Sud Menucci e Carneiro Leão.

	<p>regionais – o seminário de Pernambuco levou um documento lido pelo Professor Paulo Freire que se transformou num verdadeiro divisor de águas da educação escolar brasileira. E possível identificar nesse congresso quatro posições diferentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a) a posição que entende a educação como antídoto a subversão marxista, comunista. • b) a posição que interpreta a educação como um risco de perturbações da ordem pelo acesso a consciência dos direitos por parte da maioria da população • c) a posição que compreende a educação como um meio de construir a verdadeira democracia, e finalmente. • d) a posição que vê a educação como instrumento de transformação social e construção da sociedade futura (identificada no documento de Pernambuco) • Fortalecimento da extensão rural¹¹ com o modelo difusionista.
Programas e projetos Especiais	<ul style="list-style-type: none"> • Campanha Nacional de Educação Rural – CNER- 1952 que começou a partir das missões rurais, propondo a criação de Centros Sociais de Comunidade e o desenvolvimento de uma pedagogia da educação • comunitária. • Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA – 1958
Formação de Professores	<ul style="list-style-type: none"> • LEI ORGÂNICA DA ESCOLA NORMAL (Curso normal regional, escola normal, instituto de educação) - caráter elitista seja pela legislação, seja por sua população tipicamente de classe média urbana, impedindo que pessoas oriundas da área rural pudessem frequentá-las. • Lei do Ensino primário - coloca a importância da formação dos professores, remuneração e da carreira do professorado.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS 60

Elementos de conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Manter o modelo nacional desenvolvimentista e mudar a orientação econômica(Jânio e João Goulart) • Revolução Cubana • Início da Guerra Fria • Medo do Nordeste se tona uma “segunda Cuba” • Reformas de base: agrária, administrativa, bancária, fiscal, eleitoral – para não acontecer à revolução das massas. • Apoio de setores da esquerda ao governo • Desenvolvimento nacional e luta popular pela disputa do poder • Renúncia de Jânio – instabilidade política – instauração do sistema parlamentarista
--------------------------------	--

¹¹ A ordem era de que as principais iniciativas fossem vinculadas ao setor rural, no propósito de torná-lo um setor mais produtivo e integrado a indústria. A ordem vinha dos Estados Unidos que, pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, promovia através de suas agências, o extensionismo agrícola, como forma dos países latino-americanos assegurarem alimentos e matéria prima.

	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da CONTAG- 1963
Trajetoria da escola pública	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da segunda LDB 1961 •
Educação de jovens e adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento dos movimentos de educação popular - nova concepção – alfabetização de jovens e adultos como instrumento de emancipação popular e de promoção do desenvolvimento nacional. • II CONFITEA – 1960 em Montreal no Canadá. Conceito de alfabetização funcional, do analfabetismo regressivo, da educação-formação permanente e da educação comunitária • MNCA (Movimento Nacional contra o analfabetismo) – ampliação de vagas nas escolas primárias e educação de jovens e adultos • Plano Nacional de Alfabetização • I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular de 1963 – Recife – PE – • Lançamento do Programa Nacional de Alfabetização com o método Paulo Freire – 1964
Campnhas e projetos	<ul style="list-style-type: none"> • MEB (Movimento de Educação de Base) 1961–CNBB – sistema de educação pelo rádio • CPC (Centro Popular de Cultura) – 1963 - UNE - estudantes , intelectuais e artistas – difusão da cultura e da filosofia – UNE volante • MCP (Movimento de Cultura Popular), que começou em 1960, em Pernambuco, e se estendeu por muitos estados brasileiros com alfabetização, trabalhos culturais. • Campanha de Pé no Chão também se aprende ler – Natal –RN- 1961 - na rede escolar municipal ampliação de salas - acampamentos durante o dia para ensino primário de crianças e a noite para jovens e adultos • CEPLAR na Paraíba em • Sistema Paulo Freire – sistematização a partir de 1962 - formação humana do sujeito humano • Educação não formal realizado pelas entidades sindicais, associações, igrejas, etc...
Formação de professores	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Preparação de professores primários - através de centros de treinamentos de professores leigos - MNCA

PERÍODO DA DITADURA – ENFASE NOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EDUCACAO REGIONAIS E NACIONAIS PROCESSO DE MODERNIZACAO CONSERVADORA CAPITALISTA DO CAMPO	
Elementos da Conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Centralização e modernização conservadora da administração pública • Aumento do controle feito pelo Conselho de Segurança Nacional • Cessação do protesto social • Reforço do executivo e conseqüentemente remanejamento das forças na estrutura de poder - fortalecimento do empresariado pelo apoio da modernização e na evolução dos interesses e fortalecimento das forças armadas - setores que conseguiram se impor ao

	<p>restante da sociedade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decreto da primeira lei de reforma agrária – Estatuto da Terra- 1964 • Criação do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária- 1964) – projetos de colonização na região amazônica – PIC – PROJETO DE INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO- assistência técnica e empréstimo financeiro E O PA – PROJETO DE ASSENTAMENTO – apenas demarcava a terra de cada família e fornecia o documento da propriedade. • Intervenção em todos os sindicatos, organizações camponesas. • AI-5 – poder do presidente de cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir e aposentar funcionários- 1968 • Quase que clandestinamente os remanescentes dos movimentos do pré-64 foram se articulando nos bairros populares, nas áreas rurais, nos locais de trabalho, mais frequentemente apoiadas pela Igreja Católica, e com menor frequência, por algumas evangélicas. • Guerrilha do Araguaia – 1970 • Rearticulação do movimento operário – 1978 • Greve dos canavieiros em Pernambuco- 1979 • Surgimento da CPT - 1975 • Movimento pela Anistia – 1979
Trajatória da escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Ajuda internacional para a educação brasileira - acordo MEC-USAID - assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos, autoridades e instituições educacionais atender as exigências quantitativas da demanda social de educação • Nível de ensino mais privilegiado foi o nível médio na expansão do ensino • Criação do FNDE - captar recurso e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa nos três níveis de ensino • Constituição de 1964 e emenda constitucional de 1969 – mantém as escolas rurais vinculadas as empresas e inicia o processo das reformas de ensino: • Reforma Universitária - 1968 - estrutura universitária departamental congregando disciplinas afins; unificação do vestibular por universidade e por região; extinção da cátedra • Reforma de Ensino de 1º e 2º graus - integração do primário com o ginásio em ensino de 1º grau; ampliação da obrigatoriedade para 8 anos; início da sondagem vocacional e a iniciação para o trabalho: visão profissionalizante. • O ensino de 2º grau - objetivo primordial é a habilitação profissional • Surgimento da Pedagogia da Alternância no Espírito Santo – 1969 • Conceito de analfabetismo funcional, analfabetismo absoluto e educação permanente¹²

¹² Nessa conferência educação permanente não é um sistema de ensino, nem um setor educativo, mas o princípio no qual se funda a organização da educação, se estende a todos os fatos educativos, e algo que se torna contínuo e inacabado. A educação permanente rompe com um modelo escolar que busca a acumulação de conhecimentos,

Educação de jovens e Adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Fechamento dos movimentos de educação existentes em todo o Brasil, com exceção do MEB • Predomina durante toda a ditadura a visão de educação de jovens e adultos como alfabetização por meio de projetos e campanhas sob controle dos Estados Unidos e do governo Militar • No final dos anos 1970 começa a se rearticular iniciativas da sociedade civil apoiados pela Igreja Católica, vinculadas a Teologia da Libertação. • Idéia de educação de adultos como exames supletivos. A EJA não inclui mais processos de profissionalização que passam a fazer parte de uma modalidade própria de formação: a educação profissional. • III CONFITEA em Tóquio no Japão em 1972, reafirmando os conceitos de alfabetização funcional e de educação comunitária. Com a idéia de criar condições para que todos os adultos, a começar pelos mais desfavorecidos, se tornem capazes de se movimentar como pessoas conscientes e livres nos diversos subsistemas em que se encontram inseridos. • As atividades dos exilados nos países que os receberam contribuiu para a redefinição do conceito de Educação Popular
Projetos e Campanhas	<ul style="list-style-type: none"> • Cruzada do ABC¹³ – colaboração da USAID – movimento de caráter conservador • Mobral - 1967- montado com uma logística militar atingindo todos os rincões do país a partir de 1970 financiado com recursos da loteria esportiva e de 1% dos impostos de renda. • Projeto Rondon (1968) - ações assistenciais e de integração sociocultural, realizadas por estudantes. • Projeto de Coordenação e Assistência Técnica ao Ensino Municipal-PROMUNICIPIO (1973). • Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974); • Projeto Sertanejo (1976)- ação governamental na área da produção do Nordeste (1976);
Formação do Professorado	<ul style="list-style-type: none"> • criação do primeiro programa governamental para o professorado leigo; pamp – programa de aperfeiçoamento do magistério primário – 1968. • transformação do ensino normal em habilitação de magistério • docência nas campanhas e projetos de eja e feita quase sempre por pessoas que não tem formação pedagógica ou por quem nunca teve um preparo específico para lidar com o adulto.

estaque, uma concepção bancária de educação. Assim, a educação é um processo contínuo que desde o nascimento a morte se confunde com a existência e a construção da pessoa, a

¹³ Campanha criada pelo Colégio Evangélico Agnes Erskine(Recife-PE), ligado aos norte-americanos, em 1960, para se opor ao Movimento de Cultura Popular(MCP) que era formado pelos intelectuais, estudantes universitários e sindicalistas para o desenvolvimento da cultura popular e alfabetização de crianças e adultos, considerado de esquerda pelos evangélicos.

PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO 1980-2000-	
Conjuntura Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento das diretas já • Movimento participação popular na constituinte • Impactos da Conferência Mundial de Educação em Jomtien – Tailândia. • Assassinato de Margarida Maria Alves – 1983 • Assassinato de Chico Mendes - 1988 • Plano Nacional de Reforma Agrária – 1985 • Criação da UDR – União Democrática Ruralista- 1985 • Avanço do neoliberalismo: Sarney, Itamar, Collor e FHC • Impeachment de Collor – 1991 • Eleição de alguns governadores e prefeitos ligados aos movimentos sociais – gestão democrática, maior investimento em EJA e Educação Rural • Incorporação na pauta política da luta pela reforma agrária, valorização da agricultura familiar e educação do campo. • Aprovação da Lei Agrária – 1992 • Criação do MST – 1984 • Criação das centrais sindicais • Grito da terra e Marcha da Terra a partir de 1995
Trajectoria Da Escola Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Constituinte de 1988 – educações como direito subjetivo - obrigatoriedade e gratuidade para EJA; abrange todos os níveis e modalidades de ensino ministrados em qualquer parte do país. Inserção da EJA na constituição nos artigos 208 e 214 • Movimentos pedagógicos do campo • Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003) – • Aprovação da LDB – artigo 28 – prevê normas específicas para a educação do campo • CONFERENCIA MUNDIAL DE EDUCACAO PARA TODOS DE JOMTIEM – 1990 – implementação de programas nacionais de educação e formação de adultos, em especial para as mulheres, para os grupos desfavorecidos e minorias étnicas, raciais e lingüísticas. A idéia de educação básica que englobasse vários níveis e modalidades de escolarização e a importância da educação não formal como espaço de aprendizagem. Surge o conceito de aprendizagem permanente e ao longo da vida. Definição do ano de 2015 - como data limite para concretização de uma educação básica universal para todos os países. • Concepção de educação dentro do neoliberalismo – educação para o mercado- qualidade total x educação para a emancipação humana e como direito subjetivo do sujeito

Educação De Jovens E Adultos	<ul style="list-style-type: none"> • Na América Latina começou a organização da CEAAL (CONSELHO DE EDUCACAO DE ADULTOS DA AMERICA LATINA) tendo como base de atuação a nova teoria educacional da Educação Popular. • IV CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE ADULTOS, 1985 em Paris- como ampliar a concepção de educação de adultos numa perspectiva de escolarização integrado aos sistemas de ensino e de formação permanente comunitária desenvolvido por outras instituições que não a escola. Ênfase também na educação de adultos idosos como um • ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZACAO – 1990 • V CONFITEA em 1997 em Hamburgo Alemanha, estabelece diretrizes para educação de jovens e adultos. • A lei 9394-96 e a Resolução 01-2000 CNE _CEB amplia EJA como conjunto de ensino fundamental e médio, e não apenas como alfabetização. • Descentralização – desobrigação do MEC com a EJA – vetos de FHC – • Restrição na legislação brasileira do conceito de EJA como escolarização em contraposição as experiências existentes na sociedade que colocam a educação de jovens e adultos como todo o processo de aprendizagem formal, não formal e informal disponível numa sociedade multicultural. • Refundamentacao da Educação Popular: Assembléia Geral da CEAAL(1994); Seminários Internacionais: Universidade e Educação Popular e o Programa de Sistematização da Educação Popular na América Latina criado em 1991. • Surgem várias experiências educativas inovadoras de educação do campo e EJA coordenadas pelos movimentos sociais, organizações não governamentais e governos locais. • Reivindicacao dos movimentos sociais para iniciar a educação de jovens e adultos nos sistemas de ensino como política publica – elaboração das diretrizes para educação de jovens e adultos • Experiências de jovens e adultos não-formal desenvolvidas pelos movimentos sociais, organizações não governamentais. • IV CONFERENCIA INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE ADULTOS- 1990 – lema Educação popular, Democracia e desenvolvimento. • Realização de conferencias e fóruns regionais que reconhecem o caráter estratégico da educação com pessoas jovens e adultas, como parte integral da política global do Estado e da Sociedade Civil, na busca de políticas integrais de formação e desenvolvimento das capacidades e competências para o desenvolvimento sustentável num enfoque intercultural de educação.
Programas e projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste - PROCANOR (1980); • Programa Nacional de Ações Sócio - Educativas e Culturais para o Meio Rural – PRONASEC (1980); • Programa de Desenvolvimento Rural - PRODERU Tinha o objetivo de complementar o salário de professores habilitados para que permanecessem exercendo a docência na área rural- 1980 • Criação do SENAR – 1989; • Fundação Educar – 1990;

	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) 1990 • Programa de Alfabetização Solidária – 1997 • Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (1996) • PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – • PRONAF – programa Nacional da Agricultura Familiar – 1995
Formação do professorado rural	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de Habilitação para Professores Leigos – Logos II (1975) - com o objetivo de oferecer ensino supletivo ao nível de 2º grau. • Projeto de Soerguimento do Magistério Rural- SOMAR , com o objetivo de destinar recursos do salário educação para incentivo financeiro ao professor cursista do Logos II, facilitando seu acesso ao núcleo pedagógico, a avaliação do módulo e ao micro ensino. - 1980 • Programa de Expansão e Melhoria da Educação - EDURURAL-NE (1980). • PROFORMAÇÃO – 1999 • Cursos de magistério e de Pedagogia da Terra implementados pelo PRONERA.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAÃO, José Carlos. O Educador a caminho da roça: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Mato Grosso do Sul, 1989.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. “Para compreender a educação do *Estado no Meio Rural: traços de uma trajetória*. In: Therrien, Jacques & Damasceno Maria Nobre (Coords). Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, p.15-40, 1993.

FENIX- Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educacao de Adultos nº 01. Recife. NUPEP, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

SILVA, Maria do Socorro. Os saberes do professorado rural: construídos na vida, na lida e na formação. Dissertação de Mestrado - UFPE, Recife, 2000.